

Exma. Senhora
Dra. Maria João Dornelas
Chefe do Gabinete da Senhora Ministra
Adjunta e dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento (A.R.)
1249-068 Lisboa

| SUA REFERÊNCIA | SUA COMUNICAÇÃO DE | NOSSA REFERÊNCIA | DATA |
|----------------|--------------------|--|------------|
| Ofício n.º 75 | 16.01.2024 | N.º: ENT.: 660/2024 PROC. N.º: 41/24 040.05.03/24 | 16.01.2024 |

ASSUNTO: Pergunta n.º 333/XV/2.^a de 16 de janeiro de 2024 do Chega – Pedido de esclarecimentos sobre atraso na entrega de bombas de insulina de última geração

Relativamente ao assunto referenciado em epígrafe e depois de consultada a Direção Geral de Saúde (DGS), encarrega-me o Sr. Ministro da Saúde de informar o seguinte, o Programa do XXIII Governo Constitucional prevê que o Governo continue a desenvolver a política de inovação para acesso a novos medicamentos e dispositivos médicos, de acordo com as boas práticas e com relação custo-benefício favorável.

De acordo com os dados disponíveis, mais de 4100 pessoas com diabetes tipo 1 (DM1) estão em tratamento com bombas de insulina em Portugal, sendo quase metade (47%) crianças. Segundo o registo do Programa Nacional da Diabetes (PND) da DGS, estes tratamentos triplicaram desde 2015, ano em que 1313 pessoas tinham bombas de insulina. Estes dados demonstram um aumento do acesso a estes dispositivos ao longo dos últimos anos, associados a um melhor controlo da doença, menos complicações e melhor qualidade de vida.

O Ministério da Saúde considera que, para além das crianças e jovens com DM1, todas as pessoas com diabetes tipo 1 e indicação clínica devem ter acesso aos dispositivos híbridos e que eles devem ser disponibilizados de acordo com a indicação clínica independentemente da idade do doente. Estima-se que, atualmente, 15 mil pessoas com diabetes tipo 1 em Portugal podem beneficiar dos aparelhos de nova geração. Os Sistemas de Administração Automática de Insulina (SAAI), mais conhecidos como bombas de insulina automáticas, garantem maior conforto e segurança na administração de insulina, favorecendo um maior controlo da glicemia e permitindo uma maior funcionalidade destas pessoas, pelo que esta resposta contribuirá para a melhoria da qualidade de vida de um grupo significativo de cidadãos.

Nesse sentido, foi publicado a 17 de novembro de 2022 o Despacho n.º 13339/2022, que constituiu um grupo de trabalho para atualização da estratégia de acesso a tratamento com dispositivos de perfusão subcutânea contínua de insulina (PSCI), tendo em vista a melhoria do acesso a estes dispositivos de nova geração por parte dos doentes com diabetes do tipo 1, bem como o alargamento da sua utilização, nomeadamente entre crianças e jovens. Na sequência desses trabalhos, no dia 31 de maio de 2023, o Governo anunciou a criação de um programa de acesso universal a bombas de insulina de nova geração, para garantir a disponibilização destes aparelhos a todos os potenciais beneficiários até 2026, criado através do Despacho n.º 6440/2023, de 13 de junho.

Durante este processo, continuaram a ser colocadas bombas de insulina nos centros de tratamento existentes, de acordo com a respetiva capacidade técnica.

Ao longo dos últimos meses e na sequência do despacho publicado, os organismos do Ministério da Saúde têm trabalhado, de acordo com as respetivas competências, com vista ao lançamento dos procedimentos de contratação pública necessários à aquisição de bombas de insulina de última geração e respetivos consumíveis, em condições que garantam a adequada relação custo-benefício. Para que tal aconteça, é fundamental que se assegure a existência de condições de mercado que propiciem, por um lado, o controlo de custos e, por outro, a necessária garantia de introdução gradual de nova tecnologia que venha a surgir, sem custos acrescidos para o Estado ou para os cidadãos. Tratando-se de um programa que prevê a aquisição de 15.000 dispositivos até 2026, é fundamental assegurar que a sua execução cumpra estes atributos. Recorde-se que o Grupo de Trabalho constituído previu que o impacto orçamental deste programa poderá atingir, em 5 anos, o valor de, pelo menos, 211 milhões de euros, de acordo com o relatório elaborado e tornado público.

Como tal, cumpridas todas as etapas necessárias à salvaguarda dos interesses do Estado e dos seus cidadãos, prevê-se que o processo de aquisição seja lançado durante o primeiro trimestre deste ano, procedendo-se à posterior colocação dos dispositivos de acordo com a capacidade operacional dos respetivos centros de tratamento.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete



Sandra Gaspar